

DOI:10.4025/5cih.pphuem.1702

Nome de Família: Práticas de Nomeação e Estratégia Social no Rio Grande de São Pedro, Segunda Metade do Século XVIII

Rachel dos Santos Marques (Mestranda /UFPR)

Resumo: A comunicação aqui proposta intenta discutir algumas questões relativas às práticas nominativas de uma família de elite do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XVIII. Essas questões são parte integrante de uma atual pesquisa de mestrado, que busca investigar as estratégias sociais de tal família, em um período de grandes mudanças políticas, econômicas e sociais, no contexto em que estavam inseridos. Pensa-se estratégia, de acordo com Bourdieu, como o saber agir no jogo social, mas um jogo social onde o sujeito não conhece todas as regras, e age de acordo com uma “racionalidade limitada”, como propõe G. Levi. A família pesquisada se constitui nos descendentes do casal Antônio Furtado de Mendonça e Isabel da Silveira, que migrou da Ilha do Faial para o Continente do Rio Grande de São Pedro, acompanhado de suas cinco filhas, no início da década de 1750. As filhas casaram-se com homens com uma posição de destaque. Cerca de um século depois do Alferes Antônio Furtado de Mendonça e de Dona Isabel da Silveira terem atravessado o Atlântico, alguns de seus descendentes faziam parte do seleto grupo de charqueadores rio-grandenses que possuíam títulos nobiliárquicos no império brasileiro. Nesse cenário, tenta-se compreender de que forma os membros desse grupo familiar puderam se manter no topo da hierarquia social, mesmo atravessando diferentes e difíceis conjunturas, e o que isso pode revelar acerca do funcionamento da sociedade na qual estavam inseridos. Partindo dessa perspectiva, as práticas de nomeação e a legação de nomes é vista como parte integrante das estratégias da família, e um dos modos pelo qual eles puderam manter a posição que possuíam na sociedade. Através da metodologia do cruzamento nominal foi possível fazer o levantamento genealógico dos muitos filhos e netos das irmãs Silveira. A partir desse levantamento foram selecionados 60 batismos que apresentavam informações completas (nomes completos do batizando, de seus pais, avós e padrinhos). Utilizou-se como ponto de apoio trabalhos sobre onomástica de autores como Agnès Fine, André Burguière, Daniel Fauvel, Jacques Dupâquier, Jean Boutier e Louis Perouas, Martha Hameister, e Sérgio Odilon Nadalin. Embora não tenha sido possível realizar um levantamento sistemático do estoque de prenomes no Rio Grande do Sul no período trabalhado, percebeu-se por meio da leitura das fontes, que os prenomes mais repetidos nos batismos em geral não se diferenciavam muito do encontrado para outras localidades da América Portuguesa. Com relação aos prenomes da família em questão, sem desprezar o papel do estoque limitado de prenomes da sociedade em que estavam inserido (o que faz com que as escolhas recaiam sempre em um número limitado de nomes) percebe-se a repetição de alguns prenomes que passam a ser característicos da família. Acredita-se que a reiteração desses nomes tem a ver com um desejo de demarcação do pertencimento à família, o que, num contexto de Antigo Regime, torna-se essencial para a manutenção da posição social das novas gerações da família.

Palavras-chave: família, estratégia, práticas de nomeação.

A presente comunicação é parte de uma pesquisa de mestrado cujo objeto de estudo são as estratégias¹ sociais de um grupo familiar do Rio Grande de São Pedro (Rio Grande do Sul) entre o final do século XVIII e o início do século XIX, período de grandes mudanças políticas, econômicas e sociais. Nesse cenário, tem-se como problemática buscar compreender de que forma os membros desse grupo familiar puderam manter-se no topo da hierarquia social, mesmo atravessando diferentes e difíceis conjunturas, e o que suas estratégias podem revelar acerca do funcionamento da sociedade na qual estavam inseridos.

O estudo de estratégias, sejam elas bem-sucedidas ou não – e muitas vezes as mal-sucedidas são mais reveladoras -, é importante na medida em que aponta para caminhos *possíveis* aos atores sociais, revelando assim aspectos do funcionamento dessa sociedade talvez não perceptíveis de outra maneira. Escolhas e estratégias não são vistas e estudadas como um fim em si mesmas, mas como elementos que podem dizer muito a respeito dos atores a que as engendram, da realidade em que eles viviam e de como esses mesmos atores percebiam tal realidade.

A família escolhida para análise trata-se não apenas de um grupo de parentes co-residentes, menos ainda de uma família nuclear, mas da *parentela* formada pelos descendentes do casal Antonio Furtado de Mendonça e Isabel da Silveira, o qual migrou da Ilha do Faial para o Continente do Rio Grande de São Pedro, acompanhado de suas cinco filhas, no início da década de 1750. As filhas – todas referidas como “Dona” na documentação, mesmo quando ainda muito jovens, o que demonstra já alguma distinção social, realizaram casamentos com homens de destaque no Continente – detentores de sesmarias de grandes proporções, de grandes rebanhos de gado, arrematadores de contratos e oficiais da Câmara.

Os casais analisados, juntamente com seus filhos e alguns netos, foram: Dona Maria Antônia da Silveira e Mateus Inácio da Silveira; Dona Ana Inácia da Silveira e Manuel Fernandes Vieira; Dona Mariana Eufrásia da Silveira e Francisco Pires Casado; Dona Isabel Francisca da Silveira e Manuel Bento da Rocha; e Dona Joana Margarida da Silveira, que casou-se duas vezes, primeiro com Antônio Moreira da Cruz e, depois de viúva, com Domingos Gomes Ribeiro. Embora as duas últimas irmãs, Isabel e Joana, não terem tido filhos, seus nomes foram importantes na análise uma vez que o que se observa não é especificamente a *linhagem* dos descendentes de cada casal, mas a atuação desses parentes enquanto *grupo*.

Esse grupo familiar conseguiu reunir um cabedal invejável, e uma posição de prestígio ao longo da segunda metade do século XVIII no Continente do Rio Grande de São Pedro. Acredita-se que seus descendentes tiveram algum sucesso na manutenção dessa posição, uma vez que, em meados do século XIX, faziam parte do seletivo grupo de charqueadores rio-grandenses que possuíam títulos nobiliárquicos² no império brasileiro. Parte-se da hipótese de que algumas pessoas das novas gerações receberam como herança não apenas propriedades e outros bens, mas também parte do prestígio que a família possuía na sociedade sulina. Isso pode ter sido fundamental para o sucesso das atividades em que se engajaram.

Partindo dessa perspectiva, a legação de nomes no interior dessa família é vista como parte integrante das estratégias de manutenção da posição social que seus membros ocupavam, uma vez que podia representar um reconhecimento imediato, por parte da sociedade, de que se tratava de pessoas vinculadas a membros proeminentes dessa mesma sociedade.

Como base para análise foram tomados como referência alguns trabalhos sobre onomástica. Estudos desse tipo tornaram-se recorrentes especialmente na década de 1980, na

França, quando foi publicada uma série de trabalhos em que o estudo da onomástica era o foco principal. Embora antes desse período alguns autores tenham estudado os nomes que as pessoas portavam, o foco de suas obras era distinto, preocupando-se com o valor moral e alegórico dos nomes. A retomada dos estudos de onomástica se deu pela fusão dos interesses de várias disciplinas, tais como a história, a antropologia e as ciências sociais. Na história foram os historiadores demógrafos que primeiramente se preocuparam com as questões onomásticas, uma vez que o nome era um elemento de identificação do indivíduo quase indispensável para cruzamento das fichas na reconstituição de famílias. A partir desses estudos surgiram questões que levaram a estudos mais sistemáticos dos nomes e das práticas nominativas nas diversas sociedades.

Um dos resultados gerais dessas pesquisas foi a identificação de um grande modelo nominativo que teria vigorado na Europa entre o século XVII e o início do século XIX cujas características principais são a existência de um pequeno estoque de prenomes de origem majoritariamente cristã, o caráter excepcional dos prenomes múltiplos, e o prevaletimento da utilização de três ou quatro prenomes por sexo (Boutier; Perouas, 1984).

A identificação da existência de "modelos" e padrões de prenominação, ainda que os mesmos possam ser variáveis de acordo com locais e períodos, é um indicativo do fato de que dar nome a alguém não é um ato aleatório. Existem regras e intenções associadas a esta ação, ainda que nem sempre tais intenções possam ser percebidas pelos pesquisadores de forma clara. Segundo Hameister, essas intenções podem ser garantir uma proteção mística (por exemplo no caso de nomes de santos), perpetuar um nome que presente na família há gerações, introduzir no estoque da família um novo nome repleto de significados, aproximar os adultos — pais, padrinhos, avós ou outros parentes e amigos — das crianças batizadas através do repasse de seus nomes. (Hameister, 2006).

Além disso, em se tratando de sociedades tradicionais, a função do nome não era individualizar o seu portador, mas identificá-lo como pertencente a um grupo, associá-lo, através das características atribuídas aos nomes nos contextos específicos, a algo ou a alguém. A esse respeito, Dominique Schnapper (1984) diz que a necessidade e o desejo de individualizar a criança se esvaem diante dos imperativos da filiação, a necessidade de transmitir segundo as regras o patrimônio real e simbólico da família, do qual o prenome constitui um dos elementos.

O nome, assim, não serve apenas para identificar as pessoas, mas tem significados próprios, adquiridos ao longo dos anos e entendidos pelas pessoas que os atribuem ou adotam. Uma vez que se percebe que dar nome a alguém é um ato repleto de significados sociais, o estudo dos nomes recebidos e adotados pelos atores sociais pode revelar algo das intenções e estratégias dessas pessoas, e também do funcionamento da sociedade em que estavam inseridos. É com isso em mente que se faz, nas próximas páginas, uma análise das práticas nominativas da família Silveira.

A atribuição de prenome a uma criança, embora seja em si uma escolha, não é uma escolha feita com liberdade total e irrestrita, mas é matizada por uma série de limitações. Algumas dessas limitações são impostas pela existência de um estoque pré-determinado de prenomes disponíveis na sociedade, mas também podem ser advindas dos significados atribuídos aos nomes. Como já foi comentado, numa sociedade católica, por exemplo, há uma preferência por nomes de santos ou beatos, pelo valor moral a eles atribuído.

Além desses valores mais gerais atribuídos a alguns nomes, há também questões bem específicas, como o uso reiterado de um nome por uma família ou grupo social. Dificilmente farão parte da gama de escolhas disponível aos pais de uma criança nomes tradicionalmente

utilizados por grupos que disputam com eles recursos sociais. Considerando o papel estratégico da atribuição de um nome, é mais provável que a escolha recaísse em um grupo bastante limitado de prenomes possíveis, ainda que pudessem existir exceções e desvios.

Desconhece-se a existência de um estudo sistemático acerca do estoque de prenomes disponível nas sociedades tradicionais de origem portuguesa. Ainda assim, existem vários trabalhos pontuais que tratam do tema da escolha de prenomes.

Em um desses trabalhos, Sérgio Odilon Nadalin (2004) realiza um levantamento dos batismos realizados na Igreja de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, em Curitiba, durante a segunda metade do século XVIII. O autor encontrou uma grande frequência de alguns poucos nomes, como é o caso de Manoel, Francisco, José ou Antonio, para os meninos, ou Maria e Anna, para as meninas.

Embora não tenha feito o mesmo tipo de levantamento quantitativo, Hameister (2006), investigando a nascente sociedade do Continente do Rio Grande de São Pedro, também percebeu a existência de um estoque reduzido de prenomes – “legiões de Antônio Rodrigues ou Manuel Cardoso” –, ainda que matizado por um ou outro nome de origem toponímica, indígena ou eventualmente européia não-portuguesa, como Miguel Apoté, Perico Serra ou Thomas Clarke.

Não foi possível fazer um levantamento sistemático dos prenomes mais utilizados no Rio Grande de São Pedro no final do século XVIII, ou, menos ainda, dos prenomes mais comumente adotados nas ilhas de onde vinham as Silveira e seus maridos. Ainda assim, percebe-se, de forma impressionista, que as escolhas recaíam geralmente em um grupo pequeno de nomes, tendo destaque os nomes Manuel, Antônio, Maria e Ana.

Para a análise dos prenomes atribuídos no interior da família Silveira, buscou-se os batismos das crianças, assim como informações referentes aos nomes de sua parentela – sejam as irmãs Silveira e seus maridos, sejam parentes das crianças externos à linhagem. Foram encontrados 48 batismos em 2 gerações, entre 1753 e 1824, nas localidades de Rio Grande, Viamão, Porto Alegre e Pelotas. Tal recorte é lacunar, uma vez que não houve possibilidade de acompanhar os registros paroquiais de todas as localidades por todo o período, além do fato de que alguns dos netos das Silveira foram batizados em outros locais que não os quatro citados. Acredita-se, ainda assim, ter tido acesso à grande maioria dos batismos dos filhos, sendo exceção dois filhos de Mariana Eufrásia da Silveira e Francisco Pires Casado.³ Os prenomes dados aos batizando estão organizados no Quadro 1.

Quadro 1 - Prenomes de batismo da Família Silveira

Nomes	ocorrências
Francisco	5
José	5
Ana	4
Francisca	3
Maria	3
Alexandre	2
Clara	2
Inácio	2
Manuel	2
Mariana	2
Maurício	2
Antônio	1
Cecília	1
Cipriano	1

Nomes	ocorrências
Clemência	1
Dorotéia	1
Evarista	1
Isabel	1
Joana	1
Joaquina	1
Justiniano	1
Maurícia	1
Nicolau	1
Pedro	1
Rita	1
Rosália	1
Vicência	1

Fontes: ADPRG: 1º a 5º Livros de Batismos de Rio Grande; NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio. **Resgate de Fontes Paroquiais** - Porto Alegre e Viamão, século XVIII: 2º a 4º Livros de Batismos de Viamão; 1º e 2º Livros de Batismos de Porto Alegre; AMDP: 1º Livro de Batismos de São Francisco de Paula.

O levantamento dos nomes dados aos novos membros da família nos mostra uma certa preferência por alguns prenomes, como os já citados José e Ana, e também que era menos comum uma criança ser batizada com um prenome que ainda não existisse na família, uma vez que, dos 48 batismos, apenas para 16 deles não foi encontrado homônimo.

No entanto, a frequência dos nomes, vista isoladamente, pode apontar apenas para o uso de um estoque limitado de prenomes presente na sociedade. Para que mais coisas pudessem ser ditas, foi necessário buscar identificar a “origem” desses nomes, ou seja, quais eram as relações existentes entre os homônimos. Foram analisados separadamente batismos da primeira e da segunda geração – ou seja, primeiramente os filhos e depois os netos das Silveira.

Dos 21 prenomes encontrados dos filhos das Silveira, 10 não tiveram relações identificadas. Acredita-se que a grande proporção de relações não identificadas não significa uma originalidade do nome dentro da família, mas apenas que a criança não recebeu o mesmo nome de seus pais, avós ou padrinhos. Pode ter recebido o nome de um tio, de um irmão, do cônjuge de um de seus padrinhos ou de alguém próximo à família por laços de amizade ou gratidão.

Em dois casos foi encontrada relação entre o dia do nascimento e o santo católico padroeiro do dia: Nicolau e Maurícia. O caso de Nicolau é especial, pois o registro de batismo do menino diz que ele foi “batizado em casa por necessidade”. Segundo as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, caso o recém-nascido corresse perigo de vida, poderia ser batizado em casa (DA VIDE, 2007). Muito provavelmente Nicolau correu algum perigo ao nascer, e recebeu o nome do santo do dia, talvez como uma forma de solicitar às forças divinas uma proteção a mais à criança.

Mesmo que alguns nomes não tenham sido identificados, parece improvável que se tratasse de uma escolha aleatória, já que a escolha do nome constitui parte das estratégias sociais daqueles que os designam ou adotam (no caso de segundo prenome e/ou sobrenome). As escolhas poderiam ser as mais diversas e poderiam, inclusive, destoar do padrão suposto, mas tratava-se, ainda assim, de escolhas projetadas de acordo com uma racionalidade limitada (LEVI, 2000). Em segundo lugar, observa-se que alguns dos nomes cuja origem não foi identificada nesse momento repetem-se diversas vezes nas próximas gerações – como é o caso de Alexandre e Maurícia (e as variantes Alexandrina e Maurício).

Dos prenomes identificados, 4 eram homônimos ao pai ou à mãe do batizando, 2 aos seus avós, e 5 ao padrinho ou madrinha. Essa proporção estaria de acordo com a tendência de o padrinho dar nome ao afilhado. Entretanto, se observarmos os nomes provenientes dos padrinhos, temos: Francisco, Manuel, José, Maria e Joana. Francisco foi apadrinhado por seu tio, Francisco Pires Casado. Manuel também foi apadrinhado por um tio, dessa vez Manuel Bento da Rocha. Joana teve como madrinha a tia, Dona Joana Margarida da Silveira. A madrinha de Maria foi Vicência Maria do Rosário, e, embora o registro não trouxesse mais informações, acredita-se tratar-se de sua irmã, que teria à época do batismo 15 anos e que mais tarde aparece nos registros de batismos de seus filhos como Vicência Maria Joaquina. Resta ainda José, este sim tendo como padrinho alguém que aparentemente não tem laço parental com seus pais, o Sargento-mor José da Silveira Bittencourt. Diz-se aparentemente, pois em função do sobrenome fica a possibilidade de que exista alguma relação parental com um de seus compadres Mateus Inácio da Silveira e Maria Antônia da Silveira, além do parentesco espiritual formado no batismo de José.

A prática da escolha de padrinhos para os meninos ou madrinhas para as meninas entre os membros da família já foi apontada por André Burguière (1984). O autor fala do recuo do convite ao parentesco espiritual a pessoas externas à família, em primeiro lugar para evitar impedimentos matrimoniais advindos do parentesco espiritual (já que um membro da família já teria o impedimento de qualquer forma), e em segundo lugar, e principalmente, porque sendo o padrinho membro da família, e tendo ele a atribuição de denominar o batizando, necessariamente o nome do novo membro sairia do estoque de nomes da família.

Outro estudo que relaciona práticas nominativas e escolha dos padrinhos é o de Agnès Fine (1984). A autora percebeu em uma região bastante isolada dos Pirineus, entre as décadas de 1740 e 1940, o costume e a tendência não apenas de serem os padrinhos aqueles que repassavam seus nomes aos afilhados, mas de serem estes padrinhos da família ou do pai ou da mãe das crianças. Fine observou ainda a tendência de que o nome dos meninos fosse dado pelo padrinho, e o das meninas pela madrinha. Levando em consideração que os padrinhos eram geralmente da família do pai da criança, e as madrinhas geralmente da família da mãe, no final a tendência era a de que os meninos perpetuassem os nomes presentes no estoque familiar do pai, e as meninas aqueles nomes existentes no estoque familiar da mãe. Assim, no caso estudado por Fine há, no repasse de nomes, um equilíbrio e um reforço da aliança estabelecida entre duas famílias através do casamento:

Esse tipo de equilíbrio não foi visto na escolha dos padrinhos – e especialmente das madrinhas – dos filhos das irmãs Silveira. Há uma tendência de que as madrinhas sejam as tias maternas das crianças, o que já foi observado por Hameister (2006) ao observar os batismos da família aqui trabalhada na localidade de Rio Grande: as madrinhas, quando existiam, eram todas cunhadas dos pais da criança. Já os padrinhos, ou eram os cunhados ou gente de estatuto social semelhante.

Nessa ocasião a autora observou apenas os 13 batismos realizados na localidade de Rio Grande. Se a estes somarmos os 9 batismos dos filhos das Silveira realizados em Viamão, veremos que a maioria permanece na família. Desse número, 1 batismo não teve madrinha atribuída, 1 criança teve como madrinha Nossa Senhora da Conceição, 4 foram apadrinhadas (como acontecia em Rio Grande) por uma de suas tias e 1 por sua irmã mais velha. A única exceção à regra foi a madrinha do menino José, Dona Inácia Xavier Pires.

Os padrinhos eram tios das crianças em 9 dos 21 batismos realizados em Rio Grande e Viamão, sendo que apenas um deles era tio paterno. Parece haver um favorecimento do núcleo formado pelas Silveira e seus maridos no apadrinhamento e no repasse de nomes às crianças da família: mesmo quando o nome é dado por um tio, esse tio tende a ser alguém casado com uma das irmãs da mãe da criança, e não um dos irmãos de seu pai. Talvez isso tenha a ver com o fato de terem os pais das crianças vindo de fora do Continente, tendo ficado suas famílias em seus locais de origem. Por outro lado, se a distância da família se apresenta como um fator a ser considerado nos casos de Mateus Inácio da Silveira e Manuel Fernandes Vieira, isso não é verdade para Francisco Pires Casado, cujos irmãos não apenas habitavam no Continente, mas eram figuras proeminentes da sociedade sulina. Entretanto, apenas 1 dos 8 filhos de Francisco de quem se tem conhecimento dos padrinhos foi apadrinhado por um dos irmãos de Pires Casado: a menina Joana, nascida em 1775, teve como padrinho seu tio, o Padre Pedro Pires da Silveira.

Passa-se então à análise dos nomes dados aos netos das Silveira. Foram identificados 27 batismos, ainda que se saiba da existência de mais de 60 pessoas nessa geração. Com relação à geração anterior, a proporção de nomes cuja origem não pôde ser identificada cai consideravelmente, configurando 7 em 27 batismos. E quatro entre esses (Ana, José, José e Antônio) não eram nomes estranhos ao estoque da família.

Dos prenomes identificados, 6 eram homônimos ao pai ou à mãe do batizando, 10 aos avós (sendo que em apenas 2 casos a criança recebia o nome de um avô ou avó externos à “linhagem” que analiso, e 11 ao padrinho ou madrinha. Desses últimos, apenas 3 são externos à família e configuram os nomes mais diferentes – Evarista, Cipriano e Cecília, de acordo com os respectivos padrinhos/madrinhas Dona Evarista Balbina dos Anjos, Cipriano Rodrigues Barcellos e Dona Cecília Rodrigues do Pillar – e são também os últimos batismos a que se teve acesso, todos ocorridos depois de 1815. Esses novos nomes podem ser um desvio do padrão dominante na família, ou mesmo uma mudança nesse padrão. Para que algo mais possa ser dito a esse respeito é necessário avançar no estudo das práticas nominativas na família, o que infelizmente não pode ser feito nesse momento.

Um diferencial nessa geração é o grande número de sobreposições – a avó da criança é a madrinha e também lega a ela o seu nome, por exemplo, ou ainda o neto que recebe o mesmo nome de seu pai e de seu avô. Isso reforça a idéia da existência de uma intencionalidade em manter certos nomes circulando na família. Um caso interessante nesse aspecto é o da menina Maria, que tinha como mãe uma Silvéria Maria, como avó paterna uma Maria Antônia da Silveira, avó materna Maria Teresa e como madrinha uma Maria Olava da Fontoura – poucas devem ter sido as dúvidas na escolha do nome da batizanda.

É interessante salientar que das relações identificadas muito poucas dizem respeito a pessoas externas à família, já que cerca de 2/3 dos padrinhos também pertencem a ela. Ou seja, ao que parece, há sim o desejo de reiterar o uso de alguns nomes e perpetuá-los através das gerações. Esses nomes podem funcionar, como aponta André Burguière (1984), como marcadores do parentesco, do pertencimento a uma família.

Existe nessa família, portanto, uma tendência à repetição – e por conseqüência à reiteração – de alguns nomes, que são dados às crianças em seus batismos. Apenas ao longo de suas vidas esses novos membros iriam adotar um sobrenome, como era usual nas sociedades tradicionais de origem portuguesa. Observou-se, porém, que além de um sobrenome muitas dessas pessoas iriam adotar também um segundo prenome

A utilização de um segundo prenome não era comum antes de 1700. Segundo autores como Daniel Fauvel (1984), é nos séculos XVIII e XIX que ele vai se generalizar aos poucos, mais freqüentemente para as meninas do que para os meninos. Nos batismos trabalhados não foi encontrado nenhum caso em que o batizando tivesse recebido mais do que um prenome. Entretanto, observou-se, através do cruzamento nominal desses registros com outros, a adoção de um segundo prenome por parte dessas já em idade adulta.

A adoção de um segundo prenome, ainda que aparentemente escolhido por aquele que o porta – diferentemente do que acontece no batismo, quando o prenome é escolhido por seus pais e/ou padrinhos – não parece fugir a alguns padrões. Também esse segundo prenome é escolhido de acordo com uma gama limitada de possibilidades, e sua escolha traz consigo algumas intenções (Fauvel, 1984).

Entre as intenções associadas a esta adoção podem estar a reiteração de relações estabelecidas com o prenome de batismo – por exemplo, quando adota-se o segundo prenome de um avô de quem já se é homônimo. Pode-se ainda intentar o afastamento simbólico de quem se era homônimo, adotando um segundo prenome que o diferencie dessa pessoa. Pode-se, ainda, estabelecer novas alianças, marcando novas aproximações. A adoção desse segundo prenome pode assim “atualizar” as estratégias associadas às práticas nominativas.

Dos 58 nomes de batismo trabalhados anteriormente, foi possível conhecer o nome completo (adotado em idade adulta) de 22. Dos 36 que não foram identificados, 2 são de pessoas que faleceram muito jovens e que portanto não chegaram a adotar um segundo prenome e/ou um sobrenome, e o restante não foi encontrado em fontes primárias.

Por outro lado, a esses 22 nomes completos somam-se outros 12, referentes a pessoas de quem não se tinha o registro de batismo – motivo pelo qual não entraram na amostragem anterior – mas cujos nomes completos foram encontrados em outras fontes, como os registros de batismo de seus filhos, registros de casamento, de óbito, ou mesmo nos inventários de seus pais.

Desses 34 nomes completos resultantes, em apenas 6 não houve adoção de um segundo prenome: Antônio Carneiro da Fontoura; Bernardina da Silveira; Duarte da Silveira; Francisca Pires da Silveira; Francisco Carneiro da Fontoura e Mariana da Silveira e Paiva. Por outro lado, Vicência Maria Joaquina parece ter adotado mais dois prenomes, além do recebido no batismo, e ter dispensado o uso do sobrenome, já que nos 3 registros de batismo de filhos seus que foi possível encontrar consta apenas a formulação citada. Os segundos prenomes foram organizados no quadro 2.

Quadro 2 – Segundos Prenomes na Família Silveira

Nomes	Ocorrências	Nomes	Ocorrências
Inácio	7	Alexandrina	1
Francisca	3	Cândida	1
Antônio	2	Dorotéia	1
Eufrásia	2	Isabel	1
Inácia	2	Marcelino	1
Joaquina	2	Margarida	1
José	2	Regina	1
Maria	2		

Entre os segundos prenomes adotados, Inácio se destaca, sendo 7 dos 29 casos. Se desconsiderar-se a flexão de gênero e somarem-se a esse número as mulheres com segundo prenome Inácia, tem-se 9 casos.

É importante salientar que 5 dos 7 Inácios citados são filhos do Capitão Mateus Inácio da Silveira, seguidamente referido na documentação apenas como “Capitão Mateus Inácio”. De seus outros 2 filhos, um já foi batizado como Inácio e adotou o nome de Inácio José da Silveira, e sua filha, Dorotéia, adotou o segundo prenome “Isabel” – o prenome de sua madrinha, Isabel Francisca da Silveira – e assim aparece nos registros de batismo de dois de seus filhos, que nasceram na década de 1770. Entretanto, já nos registros de batismo de seus netos, nascidos nas décadas de 1810 e 1820, aparece como Dorotéia Inácia da Silveira. Parece, portanto, que o prenome “Inácio” funciona como um lembrete, demarcando claramente a filiação e o pertencimento ao grupo familiar.

Já as “Inácias” não são descendentes de Mateus Inácio, mas de Francisco Pires Casado: Maurícia Inácia da Silveira nasceu em 1758 e foi apadrinhada por Manuel Fernandes Vieira e Maria Antônia da Silveira, esposa de Mateus Inácio da Silveira. Em 1762 aparece como madrinha em um registro de batismo: “Foram Padrinhos Francisco Pires Casado, e Maurícia solteira filha do dito”. Não foi possível encontrar o registro de seu casamento, mas quando ela “reaparece” na documentação, em 1782, já está casada com Inácio Antônio da Silveira, seu tio, irmão de seu pai. A adoção do segundo prenome “Inácia” pode ser uma aproximação com o marido de sua madrinha ou, mais provavelmente, uma associação mais demarcada com o nome de seu marido. A outra Inácia é filha deste último casal, e se chamava Maria Inácia da Silveira.

Além de poder reforçar algumas características presentes nos nomes recebidos no momento do nascimento, o uso do segundo prenome pode também trazer a possibilidade de diversificação do padrão utilizado até então. De fato, os prenomes Alexandrina, Cândida, Eufrásia, Inácia, Marcelino, Margarida e Regina não constavam entre os prenomes da

primeira amostra. Eles configuram 9 “novidades” num universo de 34 nomes. Na maior parte das vezes, contudo, existe um reforço do uso de prenomes já presentes na família.

Tanto os prenomes recebidos no batismo pelos filhos e netos das irmãs Silveira e seus maridos, quanto os prenomes por eles adotados caem, na maioria das vezes, em um rol bastante limitado de escolhas. Essa reiteração acaba funcionando, na sociedade em que se encontram, como um lembrete do pertencimento de cada um ao grupo de origem.

Após terem sido analisados os prenomes adotados na família, observou-se os sobrenomes. No batismo é atribuído um nome através do qual a pessoa será conhecida e com o qual integra a sociedade cristã. Apenas em um segundo momento a pessoa iria agregar a esse nome um ou vários sobrenomes. A adoção desses sobrenomes, no período trabalhado, não respondia a regras fixas – como por exemplo o usual no Brasil atual, que é trazer primeiramente o sobrenome paterno da mãe, seguido do sobrenome paterno do pai - mas era bastante fluida, podendo-se adotar o sobrenome dos pais, de apenas o pai ou apenas a mãe, de algum dos avós, de um padrinho ou madrinha, ou mesmo ter como sobrenome o local de origem ou de moradia. Também não era comum as mulheres adotarem o sobrenome dos maridos, pelo menos até o final do século XVIII.

A primeira coisa que é necessário ser dita a respeito dos sobrenomes da família, é o fato de que as 5 irmãs da primeira geração se chamam Silveira, como sua mãe, Isabel da Silveira, e não Furtado de Mendonça, como seu pai. Isso pode indicar ou que a família da mãe era mais influente nas ilhas de origem, ou que detinha mais relações no continente. Um dos indicativos para a segunda hipótese pode ser percebido nos casamentos de duas delas. Embora não tenha sido identificada nenhuma relação de parentesco entre Isabel da Silveira e seus genros anterior ao casamento das filhas, pode ser que Isabel já fosse parente de Mateus Inácio da Silveira e Francisco Pires Casado, ambos por linhagem materna.

Todos filhos de Maria Antônia da Silveira e Mateus Inácio da Silveira adotaram o sobrenome “Silveira”, o que não era de se espantar, considerando que os dois patriarcas trazem consigo esse sobrenome. Com relação aos filhos de Ana Inácia da Silveira e Manuel Fernandes Vieira, infelizmente não se tem muita informação, já que não foi possível encontrar os descendentes do casal em nenhum outro documento que não fossem os registros de batismo de seus 6 filhos e os registros de batismo de 3 netos, filhos de Vicência Maria Joaquina.

Já com relação aos filhos de Mariana Eufrásia da Silveira e Francisco Pires Casado a adoção de sobrenomes assume um viés mais complexo, não apenas porque alguns dos filhos do casal assumiram o sobrenome Silveira e outros Pires, ou Pires Casado, mas também porque alguns deles mudam de sobrenome de um registro para outro. Rosália Francisca da Silveira foi assim chamada nos registros de batismo de seus filhos, de seus netos, e quando foi chamada à pia baptismal como madrinha, ainda solteira. Entretanto, em seu registro de óbito e no registro de óbito de seu marido aparece como Rosália Francisca Pires. Por outro lado, Maurícia Inácia da Silveira manteve esse sobrenome nos 12 registros em que ela aparece que puderam ser encontrados em 45 anos de documentação. A mesma constância pode ser observada com relação a Joana Margarida da Silveira. O único filho que não foi encontrado, em nenhum dos documentos consultados, usando o sobrenome Silveira em algum momento foi Manuel Marcelino Pires Casado. Os demais variam entre apenas Pires, apenas Silveira e Pires da Silveira (mas nunca Silveira Pires, como seria hoje).

Se faz necessário observar quais sobrenomes foram utilizados em que locais e em que períodos, e também observar os sobrenomes adotados pelos filhos para que se possa dizer algo mais concreto a esse respeito, mas parece que a adoção de sobrenomes obedece a uma

lógica contextual que, infelizmente, ainda não foi possível clarear. Parece que o importante era ser identificado, seja pelo prenome, pelo segundo prenome, pelo sobrenome ou pelo “conjunto da obra”. Algumas combinações, inclusive, parecem ter sido bem características da família.

Até esse momento os nomes dos membros da família Silveira foram “esquartejados”, seja em sua composição – dividindo prenome, segundo prenome e sobrenome – seja por geração ou período. Agora busca-se trabalhar os nomes de forma mais integrada, tentando entender o que eles podem desvendar em termos de estratégia social.

Alguns nomes são muito utilizados, sendo repetidos seja como prenome recebido no batismo, seja como segundo prenome adquirido ao longo de uma trajetória social. Os sobrenomes são mantidos, modificados, retomados. E combinações são feitas entre prenomes e sobrenomes, trazendo sempre alguma marca do pertencimento à família. Mas algumas combinações se repetem exatamente como apareceram da primeira vez, e não se modificam ao longo da trajetória daqueles que as portam.

Parece, então, haver uma intencionalidade na existência desses homônimos perfeitos, que tem a ver com o valor que o pertencimento a uma determinada família ou grupo possui nessa sociedade. Como já foi dito, a intenção das práticas nominativas não era individualizar os sujeitos, diferenciá-los, mas associá-los a algo ou alguém. A demarcação desse pertencimento, feita através do nome, faz parte das estratégias do grupo. O nome se torna um bem familiar, e como tal pode ser legado a alguns membros e negado a outros, constituindo parte das estratégias de uma família (Hameister, 2006).

Para o estudo dos homônimos perfeitos foram utilizados todos os nomes encontrados em fontes primárias em 4 gerações. A quarta geração não foi trabalhada até aqui por só se ter conhecimento daqueles descendentes que se fixaram em Pelotas – o que resulta, em termos da família como um todo, em uma amostragem muito pequena. No entanto, no que se refere à visão de nomes completos como entidades, a inclusão desses descendentes se torna bastante significativa, uma vez que, acredita-se, há um desejo de associação a alguns antepassados em uma localidade onde algumas das Silveiras são, até hoje, de alguma forma lembradas – seja em livros escolares, seja dando nome a escolas, ruas, etc.

Vejam-se os homônimos, primeiramente, entre os descendentes de cada um dos casais que tiveram filhos. Aqui excluem-se os descendentes de Ana Inácia da Silveira e Manuel Fernandes Vieira, uma vez que só se teve conhecimento do nome completo da filha primogênita do casal, Vicência Maria Joaquina.

Entre os descendentes de Maria Antônia da Silveira e Mateus Inácio da Silveira encontramos dois *José Inácio da Silveira*, pai e filho. Existiram também duas Maria Augusta da Fontoura, embora não tenha sido possível identificar se tratava-se de mãe e filha ou de tia e sobrinha.⁴

Já entre os descendentes de Mariana Eufrásia da Silveira e Francisco Pires Casado encontraram-se mais homônimos, embora isso talvez se deva ao fato de que um maior número de pessoas dessa linhagem tenha se instalado em Pelotas, o que significa uma maior incidência nas fontes pesquisadas. Houve pelo menos três Manuel Marcelino Pires, pai, filho e neto. O primeiro Manuel Marcelino casou-se com Margarida Gomes de Lima, filha do primeiro casamento de Domingos Gomes Ribeiro, e nomeou um de seus filhos em homenagem ao sogro, que era, no momento do nascimento da criança, também casado com sua tia Joana Margarida da Silveira. Há ainda outra filha de Manuel Marcelino que recebeu o nome da avó: Mariana Eufrásia da Silveira.

Saindo do âmbito das linhagens, observou-se a existência de homônimos entre tios e sobrinhos e entre tias e sobrinhas. Alexandre Inácio da Silveira convidou seu irmão, o Padre Francisco Inácio da Silveira, para apadrinhar seu primeiro filho, que recebeu o nome de seu tio/padrinho. Outro caso de apadrinhamento e legação de nomes entre tios e sobrinhos se encontra em duas Joana Margarida da Silveira, sendo a primeira uma das cinco irmãs Silveira, e a segunda uma filha de Mariana Eufrásia. Houve ainda uma terceira Joana Margarida, filha do já referido Manuel Marcelino Pires, e portanto sobrinha de uma Joana e sobrinha-neta da outra. Houve pelo menos mais dois casos de homônimos entre tios e sobrinhos: os nomes Manuel Bento da Fontoura e Isabel Francisca da Silveira.

Os homônimos na família Silveira têm algumas características peculiares. A primeira dessas características é a incidência de homônimos perfeitos de mulheres – até o momento não foi encontrado nenhum outro trabalho que fizesse referência a tal fenômeno. Parece que a associação entre mulheres de diferentes gerações foi um fator importante, o que indica que essas mulheres (e não apenas seus maridos) eram figuras importantes e proeminentes nessa sociedade.

A segunda característica é a grande incidência de homônimos fora das linhagens, entre tios e sobrinhos e entre tias e sobrinhas. Uma questão interessante pôde ser observada nesses casos: aparentemente todos os sobrinhos homônimos a alguém assumiram o nome de um tio ou tia que não tiveram filhos. É o caso de Isabel Francisca da Silveira e Joana Margarida da Silveira, as únicas da primeira geração que não tiveram filhos: ambas tiveram uma sobrinha homônima, filhas de Mariana Eufrásia da Silveira

Mas o principal aspecto observado, salienta-se novamente, foi a necessidade de reiteração do uso de nomes e sobrenomes como marcadores pertencimento à família. Isso tem a ver com o funcionamento de Antigo Regime e a economia do bem comum, onde as relações pessoais tinham um papel importante na economia e política. Assim, pertencer a um grupo já estabelecido já deixa os descendentes das irmãs Silveira em vantagem com relação a outras pessoas de seu meio social. Além disso, a necessidade de reiteração do pertencimento é um indicativo de que, no início do século XIX, o pertencimento ainda era mais importante do que a individualização, pelo menos para esses atores sociais. Infelizmente o espaço aqui não permite que essa questão seja aprofundada. Fica a indicação, e a esperança de que as questões aqui apresentadas possam fomentar e contribuir com a discussão sobre as práticas de nominação na virada do século XVIII para o XIX no Brasil.

Fontes Primárias Manuscritas

ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE . Livros 1º, 2º, 3º e 4º de Batismos da Vila do Rio Grande (1738-1763); Livro 5º de Batismos da Vila do Rio Grande (1776-1789).

ARQUIVO DA MITRA DIOCESANA DE PELOTAS. 1º livro de batismos de São Francisco de Paula.

Fontes Primárias Publicadas:

NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio. *Resgate de Fontes Paroquiais* - Porto Alegre e Viamão, século XVIII. 2º a 4º Livros de Batismo de Viamão; 1º e 2º Livros de Batismos de Porto Alegre;

Referências Bibliográficas:

- BOURDIEU, Pierre. *Da regra às estratégias*. In: *Coisa Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOUTIER, Jean ; PEROUAS, Louis. L'évolution des prénoms en Limousin du XI^e au XX^e siècle. In: DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth. *Le Prénom, Mode et Histoire: entretiens de Malher 2 - 1980*. Paris: Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984
- BURGUIÈRE, André. *Prénoms et parenté*. In: DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth. *Le Prénom, Mode et Histoire: entretiens de Malher 2 - 1980*. Paris: Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984. Tradução livre
- DA VIDE, D. *Sebastião Monteiro. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Livro I, Título XII. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.
- DUPÂQUIER, Jacques. *Introduction*. In: DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth. *Le Prénom, Mode et Histoire: entretiens de Malher 2 - 1980*. Paris: Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984
- FAUVEL, Daniel. *Choix des prénoms et tradition familiale*. In : DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth. *Le Prénom, Mode et Histoire: entretiens de Malher 2 - 1980*. Paris: Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984.
- FINE, Agnès. *Transmission des prénoms et parenté en Pays de Sault, 1740-1940*. In: DUPÂQUIER, Jacques ; BIDEAU, Alain ; DUCREUX, Marie-Elizabeth. *Le Prénom, Mode et Histoire: entretiens de Malher 2 - 1980*. Paris: Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984
- HAMEISTER, Martha *Daiçon. Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763)*. Tese (Doutorado) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.
- GUTIERREZ, Ester. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Editora Universitária/UFPel; Livraria Mundial, 1993
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000
- NADALIN, Sérgio Odilon. *História e Demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: ABEP, 2004.
- SCHNAPPER, Dominique. *Essai de lecture sociologique*. In: DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth. *Le Prénom, Mode et Histoire: entretiens de Malher 2 - 1980*. Paris: Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984. Tradução livre.

¹ conceito formulado por Pierre Bourdieu (1990), segundo o qual estratégia é o saber agir no jogo social. “é o produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social e particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando das atividades sociais. (...) O bom jogador, que é de algum modo o jogo feito homem, faz a todo instante o que deve ser feito, o que o jogo demanda e exige. Isso supõe uma invenção

permanente, indispensável para se adaptar às situações indefinidamente variadas, nunca perfeitamente idênticas. O que não garante a obediência mecânica à regra explícita codificada (quando ela existe)”.

² Entre eles podemos citar o Visconde da Graça, João Simões Lopes Filho; o Barão do Jarau, Joaquim José Assumpção, casado com sua prima Clara; e a Baronesa de Butuí, Leonídia Gonçalves Moreira, casada com o Barão de Butuí, José Antônio Moreira (GUTIERREZ, 1993).

³ Os registros batismais trabalhados têm o seguinte recorte: Rio Grande: 1753-1763 e 1776-1806; Viamão: 1747-1799; Porto Alegre: 1772-1799; São Francisco de Paula (Pelotas): 1812-1825. Os filhos de que não tive acesso ao registro de batismo são: Joaquina Eufrásia da Silveira (segundo seu registro de óbito, nascida no Rio de Janeiro), e José Inácio da Silveira.

⁴ Em seu testamento, João Duarte Machado deixa uma quantia a uma neta, mas não menciona a filiação da mesma: “Declaro que sou casado com Maria Regina da Fontoura de cuja mulher tenho cinco filhos vivos a saber, João Henrique da Fontoura, Francisco de Paula da Fontoura, Maria Augusta da Fontoura, Manoel Bento da Fontoura, José Maria da Fontoura”, e depois: “Declaro que deixo a minha neta Maria Augusta da Fontoura oitocentos mil reis.”